24 de julho de 2017, promovendo alterações na Resolução nº 290/2016-CONSEP, de 8 de junho de 2016, homologado pelo Decreto nº 1.630, de 18/10/2016;

CONSIDERANDO as manifestações do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, através do Ofício Nº 0902/2017-GAB/GP-TJ, de 06/06/2017 e da Defensoria Pública Geral do Estado do Pará, por meio do ofício Nº 404/2017-GAB/DPG/DPE, de 01/06/2017, respectivamente, com demonstrações do interesse em participar das ações proativas deste Colegiado e procedendo as indicações de seus representantes.

RESOLVE

Art. 1º - Designar como integrantes da Comissão Técnica, criado pela Resolução nº 290/2016-CONSEP, de 8 de junho de 2016, homologada pelo Decreto nº 1.630, de 18/10/2016 e alterada pela Resolução nº 314/2017 CONSEP, de 10 de maio de 2017, homologado pelo Decreto Nº 1.799, de 24 de julho de 2017 (DOE 33.423, de 25/07/2017), estatuídas pela provocação de denúncias de insegurança pública no Arquipélago do Marajó, os membros abaixo:

Tribunal de Justiça do Estado

- Desembargadoras: Maria Edwiges de Miranda Lobato (titular) e Maria de Nazaré Saavedra Guimarães (suplente).

Defensoria Pública Geral do Estado do Pará

-Defensora Pública Juliana Andrea Oliveira;

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Gabinete da Presidência do CONSEP, em 25 de julho de 2017

Gen Div Jeannot Jansen da Silva Filho

Presidente do CONSEP

Secretário de Estado de Segurança Pública e Defesa Social

Protocolo: 209511

CONTRATO

CONTRATO Nº 080/2017-SEGUP

Exercício: 2017

Objeto: contratação da prestação de serviços técnicos profissionais especializados ao Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais - CAOBM/2017 - Especialização em Defesa Social e Cidadania, disciplina **Trabalho Técnico Profissional - TTP (correção)**, que terá com **carga horária de 30 horas/aula**.

Valor Global: R\$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais)

Data da Assinatura: 24/07/2017

Vigência: 24/07/2017 a 01/12/2017

Programação Orçamentária: Unidade Orçamentária: **31101-Bombeiro Militar do Estado do Pará, Programa de Trabalho: 06.128.1425.8278**, Natureza de Despesa: **339036**, Fonte de Recursos: **0101** Estado.

Contratada: LIGIA HENRIQUE BEGOT

Endereço: Av. José Bonifácio, n.º 1845, Residencial Maria de Nazaré, apto 45, Bairro Guamã, Belém- Pará

Ordenador: José Edmilson Lobato Júnior

Protocolo: 209637

POLICIA MILITAR DO PARÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE ADIAMENTO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 011/17 - CPL/PMPA

CONCORRÊNCIA PÚBLICA NACIONAL Nº 001/17 - CPL/PMPA
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA DOS PRÉDIOS DO CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE PRAÇAS - CFAP DA PMPA, LOCALIZADO NA AV. BRIGADEIRO PROTÁSIO S/Nº, BAIRRO DO MARCO - BELÉM/PA"

A Polícia Militar do Pará, por intermédio da sua Comissão Permanente de Licitação, informa que foi ADIADO para o dia 16/08/2017, no mesmo local e horário antes designados, a abertura da sessão pública, referente ao Processo Licitatório nº 011/2017-CPL/PMPA.

Belém, Pa, 31 de julho de 2017.

Jethro Pereira Jocundo de Oliveira - TEN CEL QOPPM

Presidente da Comissão Permanente de Licitação da PMPA

Protocolo: 209490

FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA POLÍCIA MILITAR

OUTRAS MATÉRIAS

INSTRUMENTO SUBSTITUTIVO DE CONTRATO

NOTA DE EMPENHO DE DESPESA: 2017NE00849

Data: 10/07/2017

Valor: 245,82

Vigência: 10/07/2017 a 09/09/2017

Objeto: Outros

Justificativa: Contratação de empresa especializada em fornecimento do aparelho TERMO-HIGROMETRO DIGITAL, com vista atender as necessidades da Farmacesso/FASPM, formalizado através da Nota de Empenho 2017NE00849, de 10/07/2017, vinculada ao Processo Nº042/2017-CPL/FASPM, Cotação Eletrônica Nº015/2017-CPL/FASPM, no que diz respeito a forma de pagamento, penalidades e obrigações, em tudo observadas as especificidades constantes no Termo de Referência e seus anexos.

Licitação: Processo Nº042/2017-CPL/FASPM - Cotação Eletrônica Nº015/2017-CPL/FASPM.

Orçamento:

Programa de Trabalho, Fonte de Recursos, natureza da despesa, Origem do Recurso.

08.303.1425.8277.0000 0151/0351000000 33905200 Próprios
Empresa Contratada: M. M. DE S. COSTA - ME(Medical Shopping), CNPJ nº 08. 530. 643/0001 - 59.

Endereço: Tv. WE 24, nº152, Cid Nova IV, Coqueiro, Ananindeua-PA - CEP 67133-070.

Telefone: (91) 3245-6109.

E-mail: vendas2medicalshopping.com.br

Ordenadora: REGINA CÉLIA DA SILVA FERREIRA-CEL QOPM

Diretora do FASPM.

Protocolo: 209656

POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PARÁ

PORTARIA

PORTARIA Nº. 006/2017-DGPC/PA BELÉM, 31 DE JULHO DE 2017.

O Delegado Geral da Polícia Civil, no uso de suas atribuições, conferidas pelo artigo 8º da Lei Complementar n.º 022/94.

CONSIDERANDO o Boletim de Ocorrência Policial nº 00083/2017.002801-0, registrado na Seccional de Tucuruí, comunicando a tentativa de homicídio contra o servidor **CARLOS EDUARDO PAISANI DE MORAES, Delegado de Polícia Civil**, fato ocorrido em **02/05/2017**, no Assentamento Nova Esperança, no município de Pacajá/PA, quando se encontrava em operação policial com o objetivo de prender o suspeito de homicídio, sendo objeto do **IPL nº. 00083/2017.000418-0**, instaurado pela Seccional de Tucuruí em 04/05/2017.

CONSIDERANDO a necessidade de apuração, objetivando a verdade quanto às circunstâncias em que ocorreu a tentativa de homicídio do supracitado servidor, com escopo de pagamento de **auxílio-acidente** e outros direitos que porventura forem garantidos por lei;

CONSIDERANDO o que preceitua o Artigo 4º do Decreto Governamental nº 2.490, de 13/11/1997;

R E S O L V E:

I - INSTAURAR PROCESSO ADMINISTRATIVO para apurar as circunstâncias em que ocorreu a tentativa de homicídio do servidor **CARLOS EDUARDO PAISANI DE MORAES,**

Delegado de Polícia Civil, fato ocorrido em **02/05/2017**, em Pacajá/PA, quando se encontrava em operação policial com o objetivo de prender o suspeito de homicídio, objeto do **IPL nº 00083/2017.000418-0 (Seccional de Tucuruí)**, para apuração dos fatos; com objetivo de ser comprovado o direito ao recebimento do auxílio-acidente, previsto no Decreto nº 2.490/97;

II - Designar como Autoridade Apuradora, o servidor **VALERIO DE OLIVEIRA ALVARENGA, Delegado de Polícia Civil**, lotado na Corregedoria Geral, para, no prazo de 30 (trinta) dias, concluir o processo ora instaurado, podendo ser prorrogado por igual período;

III - Determinar à Corregedoria Geral da Polícia Civil e à Diretorias de Administração, para que adotem as providências de alçada, para o pleno cumprimento deste Ato.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RILMAR FIRMINO DE SOUSA

Delegado Geral da Polícia Civil

Protocolo: 209442

PORTARIA Nº. 699/2017-GAB/DG/AUTORIZAÇÃO BELÉM, 25 DE JULHO DE 2017.

O Delegado Geral da Polícia Civil, no uso das atribuições conferidas pelo artigo 8º da Lei Complementar nº 022/94.

CONSIDERANDO o requerimento do servidor protocolado sob o nº 2017/314394, que solicita a autorização para afastamento pelo período de 03 (três) anos, a contar de 15/08/2017;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 609/2017-CONJUR/PCPA, da lavra da Dra. Kelly Cristina Castelo Branco, manifestando-se favorável ao pleito, o qual encontra amparo legal na lei 5810/94, nos Artigos. 26, 72, inc. VI e 97;

R E S O L V E:

I - AUTORIZAR, o(a) servidor(a) **DPC MARCOS MILÉO BRASIL**, Matrícula nº 57233633, a afastar-se no período de 03 (três) anos, de 15/08/2017 a 13/08/2020, para desempenhar missão juntamente à Interpol - Polícia Internacional, como Criminal Intelligence Analyst (Analista de Inteligência Criminal) representando o Estado do Pará, sem ônus para esta Polícia Civil;

II - Determinar às Diretorias de Administração e de Recursos Humanos para que adotem as devidas providências ao fiel cumprimento do presente Ato;

DÊ-SE CIÊNCIA, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

RILMAR FIRMINO DE SOUSA

Delegado Geral da Polícia Civil

Protocolo: 209665

OUTRAS MATÉRIAS

PORTARIA Nº 190/2017-AAI/GAB/CORREGEPOL DE 25/07/2017

CONSIDERANDO: a necessidade de apurar a conduta do servidor, F.A.F.S., mat. nº 57233651, face o teor do Despacho/COINT/CGPC de 19/07/17 e documentos acostados, no qual consta que teria, em tese, deixado de cumprir requisição ministerial para a instauração de procedimento policial de vários fatos delituosos, ocorridos no município de Abaetetuba e demais fatos conexos, conforme anexos;

CONSIDERANDO: que denúncias dessa natureza devem ser apuradas, visando o completo esclarecimento dos fatos comunicados.

RESOLVE: Determinar a instauração de Apuração Administrativa Interna sob a presidência do Delegado abaixo, para que no prazo de 30(trinta) dias proceda a apuração.

DPC JORGE OTAVIO NOVAIS DE SOUZA - CORREGEDORIA

À Divisão de Disciplina e à Diretoria de Administração, para as providências de alçada.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

Corregedora Geral da Polícia Civil

Protocolo: 209559